

42º Encontro Anual da Anpocs

**SPG 26 – Movimentos sociais e suas interações com o Estado: conflitos,
instituições e efeitos**

**Entre a *política* e o *movimento*: as concepções e as práticas políticas de
mulheres negras do Morro da Polícia/ Porto Alegre**

Thaís da Rosa Alves

**Caxambu
2017**

Entre a política e o movimento: as concepções e as práticas políticas de mulheres negras do Morro da Polícia/ Porto Alegre

Thaís da Rosa Alves¹

Resumo: Este trabalho apresenta os resultados da dissertação de mestrado que se insere em um conjunto de estudos sobre o ativismo de mulheres de camadas populares. A partir do diálogo com a antropologia da política e o feminismo negro, a pesquisa tem como objetivo analisar como um grupo de mulheres negras concebe a política através das suas práticas em uma associação comunitária localizada no Morro da Polícia, na periferia de Porto Alegre. Seguindo uma abordagem etnográfica, acompanhei as práticas cotidianas das integrantes da Associação e, em especial de Rosa, durante os meses de julho a setembro de 2017, totalizando três meses de trabalho de campo. Ao acompanhar o dia a dia da Associação, a dissertação evidenciou diferentes níveis de atuação e de percepção da política neste espaço, articuladas com elementos que se interseccionam no ativismo dessas mulheres.

1. Introdução

O presente trabalho tem como temática o ativismo de mulheres negras de camadas populares² de Porto Alegre – RS, mais precisamente, das mulheres que compõem uma associação comunitária localizada no Morro da Polícia³: a Associação das Mulheres Unidas pela Esperança (AMUE).

Através desta organização, as mulheres do Morro da Polícia realizam um trabalho social voltado para a melhoria da perspectiva de vida daquelas em

¹ Doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Mestre e licenciada em Ciências Sociais pela mesma Universidade. Email: thaisalves1406@gmail.com.

² O conceito popular refere-se a um recorte analítico com enfoque nas experiências de vida e valores culturais de grupos de baixa renda. De acordo com Fonseca (2000), corresponde a diferentes modos de vida de indivíduos situados em uma sociedade de classes demarcada pelas desigualdades sociais. Já o ativismo de mulheres de camadas populares pode ser verificado em Bonetti (2007).

³ O Morro da Polícia é um dos pontos mais elevados de Porto Alegre, com 286 metros de altitude. Consiste em uma área em constante processo de transformação na qual localiza-se o maior número de ocupações em área de risco, por corresponder a uma área de preservação ambiental. (LINDAU; ROSA, 2004).

situação de vulnerabilidade social e a capacitação de mulheres para a geração de renda, sendo estas o principal público alvo das atividades. A Associação também realiza ações culturais e educacionais junto aos movimentos negros e feminista locais, além de manter parcerias com os setores público e privado.

Pensando a política como um processo constante que *se faz – e refaz* – no plano da vida cotidiana. (NUAP, 1998; GOLDMAN, 2006), o objeto deste trabalho tem como foco analisar as concepções e as práticas políticas das mulheres negras integrantes da AMUE.

Ao enfatizar as perspectivas dessas mulheres, compartilho da ideia de Miguel (2014), em seguir as perspectivas sociais de determinados grupos em posição subalterna sobre processos sociais desde as suas posições, pelo fato de que os mesmos “[...] têm vivências comuns indisponíveis a quem não os integra.” (MIGUEL, 2014, p. 79-80).

Ao longo do meu convívio com as integrantes da Associação, pude compreender as diversas formas pelas quais as mesmas criam e atribuem sentidos para suas práticas através deste ativismo e que se relaciona com suas vivências e com os demais agentes como associações de dentro e de fora do Morro, movimentos sociais, ONGs, políticos e representantes do Estado.

Como forma de conhecer mais a fundo as práticas políticas deste tipo de ativismo, foram elaborados três objetivos específicos: (1) compreender como as mulheres estabelecem relações com outros agentes (demais associações, movimentos sociais e instituições); (2) conhecer como elas organizam suas pautas e engajamentos e (3) analisar como diferentes eixos de poder podem intersectar suas práticas.

Para dar conta do objeto em questão e assim organizar analiticamente as experiências apreendidas em campo, lancei mão de um olhar teórico e epistemológico que me possibilitasse acessar a política desde as perspectivas nativas bem como compreender o ativismo ali praticado.

Sendo assim, me aproximei de duas abordagens que me auxiliaram em tal tarefa: a antropologia da política e a perspectiva do movimento feminista negro. A antropologia da política corresponde a uma virada antropológica na qual a política passa a ser considerada como parte do cotidiano das pessoas e não

apenas como uma dimensão de análise isolada. A antropologia da política tem como principal objetivo

[...] refletir sobre a política para além das definições legais ou modelares numa sociedade que pensa as atividades políticas como constituindo um domínio à parte de tantos outros – o econômico, o jurídico, o artístico, etc. – envolvendo agentes sociais específicos, quando não ‘especialistas’ ou ‘profissionais’. (PALMEIRA; BARREIRA, 2004, p. 9).

De acordo com esta perspectiva, ao considerar a política como uma dimensão pertencente ao cotidiano deve-se também refletir acerca da sua centralidade para aqueles e aquelas que pesquisamos, por conta disso, segundo Goldman (2006), é imprescindível considerar as práticas nativas como teorias políticas, ou seja, passar a ver os processos políticos a partir do ponto de vista descolado do nativo para a produção de um olhar alternativo e a partir disso, realizar a análise antropológica sobre a política (GOLDMAN, 2006).

Dessa forma, a antropologia da política surge como uma proposta de olhar alternativo para as práticas políticas, ao afastar as tendências que reproduzem certa negatividade e a busca da prática democrática ideal. Ao adicionar elementos postergados, como a subjetividade e as concepções nativas, a disciplina gerou novas lentes para olhar como a política se desenvolve no plano do cotidiano.

Já o feminismo negro trouxe elementos que ampararam o contexto da pesquisa realizada desde o ativismo de mulheres negras de camadas populares ao inserir a perspectiva da interseccionalidade na qual diferentes eixos de poder, tais como raça, gênero, classe, geração, entre outros, articulam-se gerando diferentes formas de opressão. (GONZALEZ, 1988).

Diante da reflexão desde a categoria raça e das especificidades que podem estar presentes neste tipo de experiência, a interseccionalidade foi abordada desde a teoria do “ponto de vista” elaborada por Patricia Hill Collins (2012). Segundo Collins (2012), é desde a perspectiva das mulheres negras sobre sua própria opressão que discussões epistemológicas a respeito do sistema de dominação que gera um duplo posicionamento: por um lado nega a possibilidade de um ponto de vista hegemônico da mulher negra ao mesmo tempo que cria um ponto de vista coletivo desde as interseccionalidades. Ou seja, a teoria do ponto

de vista nega a ideia de interseccionalidade como um somatório de opressões ao propor a existência de pontos de vista diferenciados sobre ser mulher.

Além da presente introdução, este trabalho está dividido em três partes. Primeiramente apresento um breve histórico dos estudos envolvendo o ativismo de mulheres de camadas populares e como os mesmos podem ser analisados desde a perspectiva interseccional. Em seguida trago algumas notas sobre as escolhas metodológicas para a elaboração desta pesquisa. Logo, são apresentadas as reflexões elaboradas desde os dados etnográficos. Por fim, as considerações finais.

2. O ativismo de mulheres de camadas populares e a interseccionalidade

No Brasil, a década de 1970 foi demarcada pelo surgimento de diversas mobilizações por parte da sociedade civil, entre eles pode-se destacar o ressurgimento do feminismo brasileiro que tinha como principal reivindicação a luta pelos direitos das mulheres. Porém tal movimento era protagonizado especificamente por mulheres brancas, de classe média e intelectualizadas que se consideravam “emancipadas” (SINGER, 1983).

Neste mesmo período, outras mobilizações lideradas por mulheres ganhavam espaço no cenário político local. Um exemplo são as reivindicações sociais das mulheres oriundas das periferias urbanas que giravam em torno da garantia e acesso a direitos básicos como creches, escolas, postos de saúde, saneamento básico e transporte público nas grandes cidades.

Ao contrário do movimento feminista brasileiro, estas mulheres organizavam-se nos denominados “Clubes de Mães” que eram iniciativas das Comunidades Eclesiais de Base⁴ (CEBs). (SINGER, 1983). Foram nestas organizações comunitárias que as mulheres idealizaram alguns movimentos políticos de nível nacional com grande destaque no período do regime militar, como o Custo de Vida e o Movimento de Luta por Creches. (ALVAREZ, 1988).

⁴ As Comunidades Eclesiais de Base, ou CEBs, são comunidades ligadas às religiões cristãs, principalmente da Igreja Católica inspiradas pela Teologia da Libertação.

Dentro deste contexto, alguns estudos a respeito deste tipo de movimento de mulheres foram realizados, principalmente nos anos de 1980, período da redemocratização no Brasil e em demais países latino americanos como forma de compreender tal movimento protagonizado pelas mulheres de classes populares que não se encaixava no então movimento feminista que havia voltado à cena. (SINGER, 1983).

Entre as principais análises elaboradas sobre o ativismo de mulheres de camadas populares no Brasil, destacam-se três. O primeiro de Singer em 1983, no qual ao se aproximar do movimento de mulheres da periferia de São Paulo categoriza o mesmo como um movimento popular que não era feminista por não reivindicar demandas inerentes às mulheres e sim a um coletivo.

Outro olhar sobre o ativismo de mulheres de camadas populares foi o de Alvarez (1988), ao pesquisar o mesmo contexto da cidade de São Paulo durante a década de 1980. A autora utiliza-se do modelo de politização da maternidade na qual a maternidade é utilizada como uma estratégia das mulheres de classes populares para adentrarem no campo político ao institucionalizarem a mesma. Sendo assim, ao politizarem sua maternidade estas mulheres passaram a defender seus direitos como mães e esposas em um período de ruptura de direitos políticos e econômicos na época da ditadura militar brasileira.

Este conceito de “maternidade militante” passou a ser utilizado para contextualizar a mobilização de mulheres de camadas populares nos cenários brasileiro e latino americano durante as décadas de 1980 e 1990 (ALVAREZ, 1988). Porém, mesmo ao tratar a maternidade como uma instituição que viabilizou a participação de mulheres em espaços públicos, o mesmo foi criticado pela reprodução de estereótipos femininos direcionados às mulheres de camadas populares, como a abnegação, o altruísmo e o cuidado (BONETTI, 2007).

No final da década de 1990 e começo dos anos 2000, o estudo de Bonetti (2000) que buscava compreender a participação política de mulheres de camadas populares de Porto Alegre que haviam realizado um curso de capacitação legal⁵, trouxe a categoria nativa “mulherista” como uma alternativa para pensar este

⁵ O curso em questão corresponde a formação de Promotoras Legais Populares oferecido pela ONG Themis – Gênero e Justiça de Porto Alegre.

ativismo sem reforçar estereótipos femininos. De acordo com as próprias ativistas, a categoria significa um grupo de mulheres que conhece as reais necessidades das mulheres. Portanto, o ser “mulherista” ao invés de “feminista” vai além do uso da categoria empírica mulher ao carregar no seu sentido um marcador de pertencimento social que se contrapõe a um possível elitismo do feminismo, percebido por estas mulheres como distante de suas classes (BONETTI, 2007).

Ao ampliar tal categoria em pesquisa realizada em Recife, Bonneti (2007) enfatiza que o ativismo de mulheres de camadas populares vai além das questões familiares que o conceito de “maternidade militante” propõe ao trazer à tona a interseccionalidade entre gênero e classe como a principal diferença com o feminismo hegemônico⁶, porém, mesmo analisando tal ativismo desde uma abordagem crítica, a pluralidade de ativismos de mulheres de camadas populares acabou subsumida na questão da mobilidade social.

Esta homogeneização das mobilizações de mulheres de camadas populares pela questão de classe e o acesso aos direitos deixou de lado diferentes especificidades que podem estar presentes e que influenciam estas experiências mobilizatórias, como a questão racial.

Em seu texto “Por um feminismo afrolatinoamericano”, de 1988, Lélia Gonzalez criticou a utilização da categoria popular como forma de classificar o ativismo de mulheres “não feministas” como as mulheres negras organizadas. Para a autora tal categoria acabou desracializando e descolorindo as mulheres negras por não inserir a questão racial. Embora Gonzalez não aborde explicitamente o termo interseccionalidade, sua crítica corresponde à supervalorização da classe em detrimento de outros eixos de poder que fazem parte dos diferentes “pontos de vista” diferenciados sobre ser mulher, principalmente sobre o ser mulher em uma sociedade demarcada pelas desigualdades raciais e sexistas, como a brasileira (BAIROS, 1995).

⁶ Idealizado tanto como movimento como corrente teórica a partir de experiências de mulheres, brancas, classe média, intelectualizadas e heterossexuais. Este feminismo acabou por difundir a ideia de uma mulher universal no qual gênero passou a ser a categoria analítica por excelência para explicar a opressão feminina diante do sistema-gênero imposto, ou seja, o patriarcado. (LOZANO, 2010).

Foi desde um olhar interseccional, na qual as especificidades das interlocutoras foram postas como parte do universo pesquisado em questão, que esta pesquisa buscou compreender o ativismo de mulheres de camadas populares para além da questão exclusiva de classe que marcou os estudos anteriores para refletir acerca das articulações entre outros eixos de poder, como gênero, raça, geração, entre outros.

3. O campo de pesquisa e as escolhas metodológicas

A pesquisa de campo foi realizada na AMUE localizada no Morro da Polícia que consiste em uma área de ocupação irregular na periferia de Porto Alegre e, portanto, não possui indicadores socioeconômicos junto a instituições oficiais.

De acordo com Saavreda (2013), a ocupação do Morro da Polícia iniciou-se por conta da proximidade com o quartel da Brigada Militar, sendo assim, os familiares dos militares que foram residir nas proximidades do Morro acabaram por ocupá-lo de forma desordenada. Mais recentemente a ocupação do Morro passou a ser feita por familiares de presidiários, que se estabeleceram em uma zona de preservação ambiental – zona da mata – no qual se localizam nascentes de água, ou seja, é considerada imprópria para moradia.

Segundo os dados coletados pela autora, a zona da mata é composta por população predominantemente negra, sendo a maioria (53%) mulheres. As mulheres também são as principais chefes de família nos domicílios desta área e possuem baixa escolaridade.

Com relação ao trabalho e renda, as ocupações predominantes são ligadas ao cuidado – idosos, crianças e doméstico – e materiais recicláveis. A presença do Estado nesta região se faz visível através de um aparato ligado a segurança pública⁷ que marca a origem do Morro, sendo assim, existe uma falta de demais serviços públicos, principalmente nas áreas da saúde e educação. Por conta disso, há um histórico de mobilizações sociais, como a formação de organizações comunitárias que visam garantir direitos para a população (JOBIM; KLAUCK,

⁷ No Morro da Polícia localiza-se a Penitenciária Estadual – Presídio Central, a Academia de Polícia Militar e o Regimento Bento Gonçalves.

2000), assim como o trabalho desenvolvido pela AMUE desde 2008, ano de sua fundação.

A Associação é uma idealização de um grupo de mulheres negras integrantes da mesma família moradora do Morro da Polícia que possuíam histórico em movimentos sociais. Desde 2008 a Associação funciona na casa de Rosa, uma das fundadoras, pelo fato de não possuir uma sede própria.

A falta da sede consiste no principal problema para a realização das atividades da AMUE. Por conta disso, elas solicitam espaços de outras associações locais, o que nem sempre ocorre. Houve também uma tentativa de conseguir um terreno para a construção da sede via cedência do governo do Estado, porém, com o final da gestão estadual em 2014, o processo não foi adiante.

Como forma de conhecer a Associação e as concepções e práticas políticas das suas integrantes, realizei trabalho de campo na AMUE durante os meses de julho a setembro de 2017, a partir de observações participantes em reuniões e atividades promovidas pela Associação e em eventos que participaram fora da localidade. Além de conversas informais, foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas com Rosa⁸, minha principal interlocutora.

Optar pela utilização da narrativa biográfica (HOULE, 2008) acarretou em diversos desafios, adentrar na vida cotidiana de Rosa, estar junto com as demais mulheres do grupo, observando e principalmente ouvindo suas experiências e suas práticas dentro deste espaço que se mistura entre o privado, da residência, e o coletivo da Associação demandou um cuidado para que eu pudesse construir juntamente destas mulheres, o aglomerado de dados etnográficos para a presente pesquisa.

Já o fato de não realizar muitas pesquisas gravadas, e sim, mais conversas, se deu pelo objeto proposto. Ao falar sobre política, um tema que pode ser considerado como “delicado”, dependendo dos diferentes sentidos sobre a política e os *fazer*s políticos dos interlocutores (GOLDMAN, 2006; PALMEIRA; HEREDIA, 2010), pode acarretar em mal-estar entre entrevistadora e

⁸ Por questões éticas, o nome foi trocado com a finalidade de preservar a sua identidade.

entrevistadas (BOBADILLA, 2016). Sendo assim, foi apenas nos relatos orais e na produção do diário de campo que pude acessar suas práticas e suas perspectivas sobre a política relacionada com o ativismo desempenhada por elas, nos quais as entrevistas serviram como um apoio extra de informações.

Além dos dados produzidos em campo, outros materiais foram coletados para a pesquisa, como notícias de jornais locais nos quais tratavam sobre a Associação, Rosa ou o Morro da Polícia. Estes materiais foram coletados na internet e as buscas se deram antes da minha entrada em campo e durante, com alguns destes materiais repassados diretamente por Rosa.

Por conta da produção dos dados ter se guiado pelo método etnográfico, ou seja, da observação participante e das narrativas da(s) interlocutora(s), os mesmos foram tratados a partir da “análise situacional” (GLUCKMAN, 1987; VAN VELSEN, 1987). Esta forma de análise permite de um ponto de vista analítico, a ampliação do contexto pesquisado, das relações entre as pessoas e de possíveis contradições, além disso, a pesquisadora também se faz presente no texto, pois representa a ligação entre os eventos ocorridos no campo e uma situação social. (GLUCKMAN, 1987).

Cabe salientar que a construção do *corpus* etnográfico contou com a participação de Rosa, minha principal interlocutora, que contribui com trocas de materiais, levantamento de depoimentos e a realização de eventos. Desta forma, considero que tal estudo fora realizado graças a um empreendimento conjunto que resultou em um encontro etnográfico no qual buscou-se, assim como conselho de Goldman (2006), reinserir aquilo que nós como pesquisadoras e pesquisadores estudamos ao cotidiano.

A seguir apresento algumas reflexões em torno dos dados etnográficos produzidos durante o trabalho de campo.

4. Concepções e práticas políticas: as perspectivas das mulheres do Morro

Um dos objetivos da pesquisa era de compreender como se davam as relações entre a Associação e demais grupos e organizações do Morro da Polícia como de outras localidades. Porém, ao entrar em campo, me deparei com

associações locais que não estavam mais funcionando ou que haviam trocado de liderança. Desta forma, para acessar tais relações voltei-me para Rosa, minha principal interlocutora, como forma de acessar este universo desde suas perspectivas.

Embora não tenha sido minha ideia inicial, optei por seguir a biografia de Rosa pois o fato da sede da Associação ser ao mesmo tempo a sua residência possibilitou-me o acesso ao seu cotidiano para além do ativismo. Vale ressaltar que o fato de seguir uma biografia não torna Rosa “a representante” (MINTZ, 1984; FLEISCHER, 2007), visto que a Associação é formada por mulheres negras com diferentes posicionamentos políticos. Porém, Rosa é reconhecida nos *movimentos*, possuindo assim uma rede de relações com outros ativistas, servidores públicos e pessoas envolvidas com a política partidária.

Rosa é uma mulher negra de 56 anos, casada, mãe de quatro filhos e avó de seis netos. Sua história de vida é entrelaçada com o Morro da Polícia e com o que ela denomina de *movimentos*. A sua mãe e irmã foram quem, de certa forma, a iniciaram neste meio.

Minha história nos movimentos vem de família. Minha mãe acolhia os antigos catadores de jornais, ela ajudava muita gente, ajudava os presos que eram agredidos. Minha irmã também era meio *revoltada* desde nova. Ela começou no Julinho [Colégio Júlio de Castilhos] o movimento estudantil, depois ela foi do [Movimento] Palmares, que depois virou MNU [Movimento Negro Unificado], ela também fundou o PT [Partido dos Trabalhadores]. Agora ela largou de mão, cansou disso, agora ela é alquimista, mexe com plantas, essas coisas. Mas ela ainda me dá muitos conselhos. (Rosa, integrante da Associação, DC, 18/07/2017).

Além de fazer parte do movimento, Rosa é *faxineira*, cuidadora de idosos e cabelereira autônoma como forma de complementar sua renda com a do marido. Praticamente toda a sua família realiza algum trabalho comunitário, por isso a mesma costuma mencionar que sua família também *vive* a Associação.

Além de integrante da Associação, Rosa é uma Promotora de Saúde da População Negra⁹ e Promotora Legal Popular¹⁰, mas no momento da pesquisa

⁹ O curso de formação de Promotora de Saúde da População Negra (PSPN) é promovido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

¹⁰ As Promotoras Legais Populares (PLPs), são mulheres que receberam capacitação legal sobre os direitos humanos das mulheres. O curso de capacitação é oferecido há mais de vinte anos pela ONG feminista Themis. As PLPs, na grande parte, realizam o curso por serem lideranças comunitária.

ela se encontrava afastada das duas funções. Rosa possui contatos com três movimentos sociais: o da luta pela moradia, o movimento negro e, mais recentemente, o movimento feminista, porém, ela não se identifica como militante destes movimentos, inclusive, ela e outras integrantes da Associação tecem algumas críticas a eles.

Como uma forma de se auto identificar e identificar as práticas da Associação, Rosa se coloca como parte do *movimento de mulheres negras do Morro*. Este movimento consiste em uma articulação entre movimentos sociais consolidados no cenário local e na interseccionalidade presente em suas experiências como mulheres negras do Morro da Polícia, resultando em um projeto político de *resistência* (BERNARDINO-COSTA, 2015).

Rosa: Agora do *movimento* mesmo, somos só nós e os da [Vila] Conceição, que ainda tá na *resistência*.

Ângela: Sim, eles não querem os *negros favelados* perto do Centro.

Rosa: Não querem, mas a gente fica aqui na *resistência*. (Rosa e Ângela, integrantes da Associação, DC, 08/07/2017).

Ao se colocar como quem *faz movimento*, Rosa separa a si e a Associação daqueles que *fazem política*. Para ela, a política relaciona-se diretamente com partidos, candidatos e eleições, somando-se as promessas de campanha e o poder público. Já o movimento é o que traz melhorias para a população do Morro, é o que *faz acontecer*, mas que não se faz sozinho. Por conta disso, elas se aproximam de variados grupos, de universitários até mesmo de políticos, como vereadores e deputados estaduais, para dar sequência as atividades que muitas vezes são descontinuadas pelo fato destas parcerias não serem fixas.

Mesmo com a presença de pessoas que *fazem política* em sua rede de contatos, a mesma não deixa de ter sentidos negativos para ela, isto fica claro quando a mesma se utiliza de termos como *politicagem* para designar as ações desenvolvidas por quem está ligado à política partidária e *luta* como forma de explicar as suas práticas e da Associação.

Mesmo com todas as dificuldades, a gente tá lutando, não é fácil, mas vamos chegar lá, se Deus quiser porque força não falta. A gente está lutando para garantir os direitos daquela população lá, que é esquecida pelo poder público. A gente luta pelo direito deles terem uma carteira de identidade, pelo direito de ter um comprovante de residência. Por isso eu bato na mesma tecla, eu sempre tô na luta pela informação, porque

informação é tudo só que não chega até eles [moradores do Morro da Polícia], estão *anestesiados* que nem querem saber do direito deles. (Rosa, integrante da Associação, DC, 01/07/2017).

Embora associe sua prática ao movimento que faz *luta*, durante nossas conversas, Rosa comentou que já trabalhou em campanhas eleitorais, principalmente para o Partido dos Trabalhadores (PT), porém, com os acontecimentos que culminaram no afastamento e, logo em seguida, impedimento da presidenta Dilma Rouseff¹¹, Rosa se afastou das campanhas eleitorais. Seu afastamento decorre, além dos discursos midiáticos, a fatores relacionados com promessas não cumpridas. Entre as promessas, ela destacou duas que fomentaram um certo ceticismo em torno da *política*: um churrasco no Morro e a cedência de um terreno para a construção da sede da Associação, prometida pelo ex-governador Tarso Genro, também do PT.

Minha irmã dizia: 'vamos lá, vamos fazer campanha'. E aí a gente acreditava, vinham as promessas e a gente ia, eu fiz a última para a Dilma, em 2014. Ela disse que se ganhasse, ia subir aqui no Morro e fazer um churrasco, ela ganhou e não veio. O pessoal começou: 'e aí Rosa? Quando ela vai subir?'. Ela não veio, ficou chato isso aí, aí depois quando deu tudo aquilo lá, o impeachment, ela veio para Porto Alegre, aí queria vir aqui e eu não deixei. Eu disse que não queria me envolver com isso aí, foi por isso que eu me afastei da [ONG] Themis, elas queriam fazer ato [em apoio a Dilma] e eu não quis. (Rosa, integrante da Associação, 05/07/2017).

Eu gostava muito dele, chamava de *meu Tarsinho*, não deixava ninguém falar mal, mas aí, olha o que ele fez? Ficou enrolando e não assinou lá a cedência do terreno [para a sede]. Se o Olívio [Dutra] tivesse aí ainda, ele dava a sede para nós porque esse era *bom*, ele ajudou a gente de verdade, o Tarso não. Estava tudo certinho, a gente até cercou lá na caixa d'água, e ele não assinou o termo. Mas até foi bom porque eles iam ficar com 50%. (Rosa, integrante da Associação, DC, 08/07/2017).

De acordo com Palmeira e Heredia (2010), a promessa corresponde a forma mais antiga de relacionamento político-eleitor. Nos dois casos relatados por Rosa ela descreve duas promessas, entre outras possíveis, que não foram

¹¹ A presidenta eleita Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, foi impedida de terminar seu segundo mandato após a abertura e julgamento de um processo com vistas de destituir a presidenta devido acusações de improbidade administrativa, no que ficou midiaticamente conhecido como "pedaladas fiscais" e as edições de decretos sem a autorização do Congresso. Em agosto de 2016, Dilma teve seu mandato cassado, porém, não perdeu seus direitos políticos, podendo, caso queira, concorrer e assumir cargos eletivos. O impeachment da presidenta Dilma foi considerado por alguns grupos ligados à esquerda como golpe político.

cumpridas pelos dois candidatos que a mesma havia feito campanha e, portanto, colocado seu nome e da Associação relacionados.

Dessa forma “[...] as acusações são dirigidas publicamente a individualidades ou, para ser mais preciso, a reputações individuais”. (PALMEIRA; HEREDIA, 2010, p. 51). Isto fica claro quando Rosa coloca os nomes dos candidatos – Dilma e Tarso – e não o partido deles em questão, visto que o Olívio, figura importante também do PT, se fosse candidato, iria cumprir a promessa.

Embora Rosa afirme que não tem mais relacionamento com partidos, inclusive, ao me relatar que havia apagado das suas redes sociais as fotografias em campanhas e com candidatos, nas eleições de 2016 para a prefeitura de Porto Alegre, Rosa contou que participou de reuniões do Partido Democrático Trabalhista (PDT), no qual possui conhecidos.

Rosa: Tem um vereador que vem aqui, ele é do PDT. Eles vieram aqui e me levaram de carro em uma reunião. Aí falaram que o [Sebastião] Melo ia tá com a gente, que ele era menos pior que esse que ganhou [Marchezan].

Thaís: Tu acha que eles querem que tu entre no partido [PDT]?

Rosa: Eu acho né, mas eu penso assim: o partido não é ruim, o ruim são os deputados e os aliados que pegam esse dinheiro todo aí. Eu queria fazer um ofício que coloque lá que esse dinheiro todo aí que roubaram tem que vir para as entidades, nem que seja uma porcentagem. Queria fazer um documento que vire lei, porque eles pegam essas pessoas e viram tudo massa de manobra. Então tem que ter uma lei que diga que o dinheiro venha para as entidades e aí os políticos não precisam vir aqui no Morro. (Rosa, integrante da Associação, DC, 18/07/2017).

Ao questioná-la a respeito de como ocorrem as aproximações dos políticos com a Associação, Rosa contou que é nos anos eleitorais que os candidatos a procuram como um canal para apresentação das suas propostas para a população do Morro. De acordo com Palmeira e Heredia (2010), os anos eleitorais correspondem ao “tempo da política”: período que não se restringe apenas aos candidatos e eleitores, mas amplia-se para toda a população que tem sua rotina alterada. Esta relação demarcada pelas eleições foi visível durante o meu campo, realizado em um ano não eleitoral, portanto, não houveram “visitas” de pessoas ligadas a partidos políticos como candidatos ou assessores.

Se as relações entre a Associação e agentes políticos externos, como o Estado e os políticos se dá desde tensionamentos entre *política, movimento, luta*

e *resistência*, as relações da Associação com as demais organizações do Morro da Polícia também carregam tensões e disputas. Ao relatar os vínculos com outros espaços comunitários da localidade, Rosa se coloca como alguém que participava e apoiava duas organizações locais, porém, por questões de gestão, a mesma desfez as parcerias, segundo ela, por não realizarem um trabalho com *transparência*, como ela.

Eu *trabalho com transparência* e a AMUE é um trabalho com *transparência*, então quem está com a gente faz um trabalho ótimo, pois nós fazemos um trabalho sério. (Rosa, integrante da Associação, DC, 15/07/2017).

Esta classificação entre quem trabalha com transparência e quem não, diferencia tanto Rosa como a Associação que representa das demais organizações locais. Estas medições de posicionamento entre entidades e lideranças fazem parte de um ‘jogo de honra’ (FONSECA, 2000). Neste jogo, “[...] o indivíduo mede constantemente sua posição em relação a outros, pois, como nos lembra Pitt-Rivers (1973) a honra representa um sistema ‘absoluto’: é quase impossível duas pessoas estarem no mesmo nível. (FONSECA, 2000, p. 27). Dessa forma, para manter este “padrão”, Rosa e as demais integrantes passaram a “selecionar” as organizações parceiras e os espaços de participação.

Estas tensões entre as organizações locais relacionam-se com a demarcação de disputas e interações no qual o Morro torna-se um território gerido por grupos diversos que em determinados momentos entram em conflito por domínio, pertencimento e fixação no mesmo (BOBADILLA, 2016).

Estas disputas ficam evidentes, por exemplo, nas trocas de acusações sobre quem faz e quem não faz “assistencialismo”. Dona Lélia, outra integrante da Associação, comentou durante uma de nossas conversas, que uma organização local deixou de emprestar o espaço físico para as atividades da Associação por conta da mesma ser assistencialista e isso, de acordo com seu olhar não é o que a Associação faz, pois, assistencialismo é uma prática realizada pelos *políticos*, um *clientelismo*. Já Rosa vê o assistencialismo com outros olhos, para ela a assistência é uma “ajuda” para melhorar a condição de vida da população do Morro.

Estas visões divergentes no interior da Associação, segundo Auyero (2011), envolvem duas dimensões sobre esta prática. A primeira é a da sua utilidade como estratégia eleitoral e dominação do poder político sobre populações de camadas populares, como a descrita por Dona Lélia, já a segunda é a ideia de pensar esta prática como uma estratégia dos grupos populares para solucionar problemas para além de uma “troca de favores”, como no apoio que é dado para as eleições do Conselho Tutelar *em troca* de não retirar os filhos das mães moradoras do Morro ou nas doações quase que diárias realizadas pela Associação de roupas, alimentos e móveis.

Ao acompanhar as concepções de Rosa em torno da política, notei que, embora a mesma faça uma distinção entre quem *faz política* e quem *faz movimento*, estas disputas se diluem no cotidiano da associação, borrando as fronteiras entre um e outro na medida em que elas se relacionam com demais agentes presentes no universo do ativismo comunitário.

Além disso, a figura de Rosa mescla-se com a da Associação, mesmo colocando-se como parte de um grupo maior formado por outras mulheres, é visível uma personalização da mesma desde a figura de Rosa que é quem traz, a partir da sua história de vida e de suas relações pessoais, as pautas e os engajamentos que a Associação irá aderir ou não nas suas práticas.

Sendo assim, as concepções políticas dentro do universo pesquisado mostram a pluralidade que a política possui para determinados grupos sociais, seja nos jogos entre *quem faz* e *quem não faz política* no Morro bem como as relações com políticos, promessas e campanhas.

Porém, neste conjunto de semelhanças, busquei olhar também para as distinções do *fazer prático* de Rosa e suas parceiras de *luta* do Morro da Polícia. Por conta disso, para além das concepções que rodeiam este ativismo, explorei as relações no interior da Associação e da mesma com as moradoras e moradores do Morro.

Como mencionado anteriormente, a Associação é composta por mulheres negras de uma mesma família. Ao relatarem seus cotidianos dentro da Associação, as interseccionalidades entre gênero, raça e classe não ficam de fora, bem como Dona Lélia aponta.

A ONG¹² faz parte da *minha família*, porque aqui é a realidade do dia-a-dia. Onde a gente leva *chicotada*, a gente é desprezada, chamada de 'as *negrinhas*'. Eu não sei se é pela questão econômica ou pelo racismo. Nós sofremos muito racismo aqui no início dessa *luta*. Porque as mulheres negras não tinham o direito de defender a sociedade e nós fomos discriminadas por sermos mulheres negras, pobres e do Morro, muitas vezes nos negavam a própria fala. Em vários encontros que nós tivemos, nos negaram o *direito de ter voz*. (Dona Lélia, integrante da Associação, DC, 08/07/2017).

Os elementos que rodeiam a Associação carregam em si a interseccionalidade entre raça, gênero e classe juntamente com questões geracionais e religiosas. Um deles é a bandeira da Associação: confeccionada por um vizinho, a mesma traz a imagem de três mulheres negras, uma jovem, uma grávida e uma idosa. As mulheres vestem túnicas brancas e carregam elementos da natureza como água e plantas. Neste símbolo da Associação os elementos religiosos dividem espaço com os corpos dessas mulheres que são marcados por raça, gênero e geração. No interior da Associação estes mesmos elementos são visíveis.

Todas as integrantes da Associação consideram-se mulheres negras e sendo que as idades das mesmas variam: as mais novas estão na faixa dos 20 anos, como sua nora, Audre, enquanto as mais velhas já passaram dos 60, como Dona Lélia.

As crianças também fazem parte da Associação por conta das netas e netos das integrantes ou das crianças que circulam pela vizinhança. Como Rosa mesmo diz: "o que mais tem no Morro é criança e cachorro". (DC, 15/07/2017). Por conta disso, muitas das atividades desenvolvidas pela Associação buscam abarcar também as crianças, como as festas de Páscoa, São João, Dia das Crianças e Natal, além de passeios para teatro e cinema que a Associação realiza com o apoio de outras ONGs, como uma forma de apresentar um *mundo além do Morro* (DC, 08/07/2017).

Vista a escassez de iniciativas do poder público para crianças e jovens do local, as integrantes da Associação se preocupam com o *futuro do Morro*, por isso temas como a prevenção da gravidez na adolescência e o problema do tráfico de drogas na região são frequentes nas reuniões e nas atividades da Associação

¹² Embora a organização seja registrada como uma Associação, as integrantes utilizam o termo ONG para se referir à entidade.

com fins de mudar esta situação e trazer novas possibilidades para a população jovem do Morro da Polícia.

Como já mencionado na descrição do Morro da Polícia, a maioria dos domicílios do Morro são chefiados por mulheres, principalmente nas casas situadas na zona da mata e, durante minha presença no campo, pude presenciar algumas destas mulheres que buscavam na Associação doações de roupas e alimentos. No interior da Associação, a matriarcalidade também está presente. Segundo Hita (2014), em uma família matriarcal, as mulheres assumem o centro do seio familiar, no qual muitas vezes, mesmo com a presença de um parceiro, como Rosa, são responsáveis por toda a manutenção da família, seja na “administração do lar” (chefes da casa), como também na questão financeira quando há a ausência masculina (chefes de família).

Para a autora, este tipo de organização doméstica é resultado de duas variáveis. A primeira consiste no déficit de políticas habitacionais, o que levou um contingente populacional a ocupar de maneira irregular áreas urbanas, e, a segunda corresponde a uma herança cultural negra oriunda da população negra que fora escravizada até o final do século XIX, que também criou uma interdependência entre o racismo e a pobreza.

Dessa forma, se desconstrói a ideia de “família desestruturada” atribuída às famílias negras de classes populares ao conceber tal sistema como não exclusivo destas famílias na qual sua presença nestes locais deve-se a vários tipos de arranjos domésticos.

Nas famílias marcadas pela matriarcalidade, há uma intensa circulação de pessoas, principalmente crianças. Existe a inter-relação com mais de uma casa, não apenas de familiares consanguíneos, como também de vizinhos, esta relação extensa formam as redes sociais. Sendo assim, por ser ao mesmo tempo a residência de Rosa, a sede da Associação está permeada por estes trânsitos familiares que não se desassociam das suas práticas.

Embora as questões raciais atravessem toda a Associação, existem três momentos específicos nos quais são realizadas atividades exclusivas para discussão e reflexão da situação da população negra pela Associação ou com

participação da mesma: no Dia da Mulher Negra¹³, na Semana Farroupilha e na Semana da Consciência Negra.

Desde 2015, a AMUE realiza uma homenagem ao Dia da Mulher Negra na qual promovem atividades culturais e políticas como poesia, teatro, dança, roda de conversa e desfile com enfoque nas vivências das mulheres negras do Morro da Polícia. Com rodas de conversa, teatro, poesia e desfile, as mulheres buscam visibilizar desde atividades “culturais” suas experiências como *mulheres negras do Morro da Polícia*.

Já nos meses de setembro, a AMUE marca presença no famoso Acampamento Farroupilha, ao participar com oficinas de turbante do piquete do movimento Mocambo¹⁴, o único liderado por uma mulher negra e que enfrenta todo ano a ameaça de ser fechado com a desculpa que o mesmo era “deslocado” dos demais e por isso não atraia tanto público quanto os outros.

A gente vai lá no piquete e faz um sucesso. Porque a gente leva uma coisa nova para lá. Tem gente que pensa que a Semana Farroupilha é só gaúcho, só homem branco e não é. A gente leva a história do povo negro, faz oficina de turbante que tem toda uma história sobre os Lanceiros Negros, foi *show*. O piquete enche de gente porque é uma coisa diferente do meio de tudo aquilo. (Rosa, integrante da Associação, DC, 05/07/2017).

E, nos meses de novembro, Rosa ministra oficinas de turbantes e bonecas abayomi¹⁵ nas escolas públicas da região do Partenon e Restinga, em Porto

¹³ Comemorado no dia 25 de julho, o Dia da Mulher Afro-latino-americana e Caribenha originou-se em 1992 quando ocorreu na República Dominicana o 1º Encontro de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas. Na ocasião foi designada a criação de uma Rede de Mulheres Negras Latino-americanas e o Dia da Mulher Afro-latina e Caribenha (OLIVEIRA, 2016). No Brasil, apenas em 2013 a data foi reconhecida pela presidenta Dilma Rousseff como o Dia da Mulher Negra: dia de dar visibilidade à luta e resistência das mulheres negras no enfrentamento ao sexismo e racismo (GELEDÉS, 2016).

¹⁴ O Mocambo faz parte da Associação Comunitária dos Moradores da Cidade Baixa que foi fundada entre as décadas de 1970 e 1980 por moradores negros do bairro Cidade Baixa, em Porto Alegre. O mocambo possui participação em vários movimentos sociais e políticos, desenvolvendo atividades de formação literária sobre a história da população negra na história do Rio Grande do Sul. O movimento também possui um piquete no Parque Harmonia, durante o Acampamento Farroupilha, sendo o único comandado por uma mulher negra.

¹⁵ As abayomis são pequenas bonecas feitas de tecidos trançados. De origem iorubá, as bonequinhas têm o objetivo de servir como um amuleto de proteção. A criação das abayomis remonta ao período da escravidão, quando as mães, como forma de acalmar as crianças, rasgavam retalhos das suas roupas para confeccionar as bonecas durante as viagens nos navios tumbeiros. (GELEDÉS, 2015).

Alegre, como forma de mostrar a história do povo negro e ao mesmo tempo, estimular a autoestima das crianças para que se reconheçam como negras.

Sendo assim, o pertencimento racial das integrantes e, principalmente de Rosa, transparece na forma como elas constroem seus engajamentos, seja pela questão das mulheres, seja em atividades feitas para *espantar a crise* como o lançamento da marca de turbantes confeccionados pelas integrantes e as moradoras do Morro, batizada de “Mulheres do Morro”.

Embora as questões raciais tenham um maior destaque no interior da Associação, as questões de gênero e classe também fazem parte do cotidiano da AMUE e não se separam, pois, as mesmas estão articuladas no fazer prático, tanto que a Associação também funciona como um local de acolhimento que muitas mulheres procuram para resolver conflitos de gênero.

Mesmo não atuando com tanta frequência como uma Promotora Legal Popular, Rosa orgulha-se em dizer que o número de mulheres que sofreram violência diminuiu na região¹⁶ por conta do trabalho de *conscientização sobre os direitos* feito pela Associação.

Mesmo sendo uma *classe menos favorecida*, essas mulheres têm o conhecimento dos direitos porque a gente serve como uma multiplicadora. Vou te dar um exemplo: tem o caso de uma senhora que vivia sendo agredida pelo marido, aí ela foi até a minha casa e pediu ajuda, eu disse para ela que a única forma que eu podia ajudar era com um livro, dei para ela ler e pedi que tivesse bastante atenção no que *tava* escrito ali. Ela leu e depois de uma semana o marido quis bater nela de novo e ela disse assim para ele: “não, a partir de hoje *tu* não toca mais em mim, *tu* vai me respeitar porque eu sei da lei Maria da Penha e dos meus direitos”. Ele foi até minha casa, dizer que eu tinha *feito a cabeça* dela, mas eu só dei o livro e ela foi *empoderada*. Hoje ela *tá* maravilhosamente bem, terminou o Ensino Médio e *tá* trabalhando, vai fazer o Enem e tentar entrar na faculdade. Ela era uma mulher que vivia lá, enclausurada, numa conchinha porque ela não conhecia os direitos, não tinha a informação. (Rosa, integrante da Associação, DC, 01/07/2017).

Apesar de que o intuito não seja de classificar as práticas da Associação como feministas ou não, não pode-se negar que existe dentre seus objetivos ideais em torno dos direitos das mulheres concebidos desde a mobilização dos

¹⁶ Este dado me foi repassado por Rosa, em registro no Diário de Campo no dia 01/07/2017. Embora sabe-se que nos casos que envolvem violência contra as mulheres, principalmente aquelas que ocorrem no âmbito doméstico, ainda são passíveis de subnotificação. (WAISELFISZ, 2015).

movimentos feministas conjuntamente com as experiências, ou, de acordo com Collins (2012), dos “pontos de vista” das mulheres do Morro que ressignificam e adaptam estes modelos de acordo com suas realidades.

Um exemplo parecido com o que ocorre na Associação e citado por Rosa, que já era de meu conhecimento (ALVES, 2015), foi o projeto do Serviço de Informação à Mulher, o SIM – Tudo Fácil¹⁷ no qual Rosa fez parte. Este espaço de atendimento tinha como principal objetivo informar as mulheres sobre seus direitos e encaminhar aquelas que estivessem em situação de violência para locais especializados, como os Centros de Referência, porém, na prática, o serviço foi além de um balcão de informações.

O SIM era uma coisa que *tava* dando certo, aí o governador viu que *tava* funcionando, *negras na cabeça*, na *ponta*, não quis mais, disse que não tinha mais orçamento para este projeto. A gente *tava empoderando* as mulheres lá, não era só caso de violência, era tudo. Eu ajudava o pessoal a tirar a carteira de identidade, ajudava com o *atestado de pobreza*. Nós, *mulheres da ponta*, somos vítimas do sistema, do Estado que não nos dá suporte. (Rosa, integrante da Associação, DC, 08/07/2017).

Estas práticas que, em um primeiro momento, desviam-se dos propósitos iniciais do espaço, correspondem às perspectivas em torno de violências que vão além da dimensão dos direitos individuais, inserindo questões econômicas e sociais que impedem o exercício da cidadania das *mulheres da ponta* (VIEIRA, 2011).

No universo da Associação isto também ocorre. As moradoras do Morro reforçam a personalização da Associação desde Rosa quando a procuram diretamente como uma via de solucionar diversos entraves do cotidiano, desde a doação de roupas e alimentos, até como forma de reportar problemas encontrados nos serviços públicos como a falta de médicos no posto de saúde ou a perda da guarda de seus filhos pelo Conselho Tutelar, pois sabem que o trabalho de Rosa é de “fiscalizar” o poder público.

¹⁷ SIM-Tudo Fácil foi um projeto realizado entre maio de 2014 e agosto de 2015 em parceria com a Associação de Promotoras Legais Populares (APLP), a ONG Themis e a extinta Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado do Rio Grande do Sul (SPM/RS). O SIM consistia em informar mulheres sobre seus direitos e, quando necessário, realizar o encaminhamento para os Centros de Referência (ALVES, 2015).

Este papel que a Associação assume de “denunciar” a forma como o Estado relaciona-se com a população do Morro da Polícia fora, inclusive, uma das motivações para sua criação. Esta lógica associa-se com a ideia proposta por Segato (2012) de que o Estado moderno se mantém como colonizador e intervencionista, acarretando assim na debilitação de autonomias e na ruptura da vida constitucional e comunitária, dessa forma o Estado opera em duas vias: de um lado constrói o discurso sobre direitos universais e do outro estabelece princípios individualistas.

Em meio a isto tudo, as minorias sociais e políticas, como as mulheres e as crianças, públicos alvo das ações da Associação, são as mais afetadas pela modernidade. Este fator corrobora com a crítica a este papel do Estado desde suas instituições presentes na localidade: enquanto há a falta de serviços considerados direitos, como saúde, educação e moradia, existe um forte aparato da segurança pública.

Portanto, ao assumir a postura de fiscalizadoras e de denunciantes da forma como o Estado nega determinados direitos da população do Morro, elas questionam a ordem estatal hierárquica que organiza o mundo desde uma matriz da colonialidade (SEGATO, 2012).

Depois que uma moradora foi até a Associação pedir ajuda para comprar um leite especial para um de seus bebês, Rosa virou para mim e disse:

Rosa: Essa mãe tá precisando de ajuda. Ela é uma mulher negra batalhadora, uma supermãe e se ela subiu até aqui com os bebês é porque está precisando.

Dona Lélia: É por isso que tem gente que se corrompe, muitas mães se corrompem, mas nós não vamos deixar isso acontecer com ela. As mães fazem isso porque não vêem uma solução. Mas aqui a *gente pensa diferente*. Até as dificuldades são para a gente aprender a viver. Ela e tantas outras aqui são mulheres sobreviventes de uma violência do Estado, do poder público. (Rosa e Dona Lélia, integrantes da Associação, DC, 15/07/2017).

Este *pensar diferente* pode ser compreendido ainda com o que Segato (2012) aponta como um “habitar decolonial”: à medida que comunidades organizadas adentram na esfera pública, criam redes corporativas e parentais e vão moldando a ordem moderna de acordo com suas percepções. Ou seja, a Associação, que de certa maneira de organiza em um espaço na qual a lógica colonial do Estado atua com seu aparelho repressivo representado pelas

instituições da segurança pública, funciona como uma brecha pela qual elas conseguem, mesmo que de forma esporádica, adentrar em espaços de poder, como a participação na Semana da Consciência Negra da Câmara de Vereadores de Porto Alegre ou em reuniões na sede do governo estadual ou, até mesmo, na atuação de Rosa no SIM – Tudo Fácil que ampliou sua lógica de atendimento para a resolução de problemas que em um primeiro momento, não estavam pautados pelo serviço.

Sendo assim, as práticas desenvolvidas pelas ativistas desde este *movimento de mulheres do Morro* articulam-se com diversos elementos tal como modelos familiares, relações intergeracionais e raciais que estão presentes no cotidiano destas mulheres e nas suas formas de mobilização.

5. Considerações finais

Esta pesquisa procurou se aproximar das concepções e práticas políticas de mulheres negras ativistas de camadas populares, reconhecendo a mesma como um processo vivido no cotidiano das minhas interlocutoras desde suas práticas desenvolvidas através da Associação de Mulheres Unidas pela Esperança – AMUE, localizada no Morro da Polícia, em Porto Alegre.

Ao adentrar no universo da pesquisa, busquei explorar desde o ponto de vista de Rosa, minha principal interlocutora, suas concepções políticas e se elas acompanhavam suas práticas ou, até mesmo, as contradiziam. Desde nossos primeiros contatos, Rosa demonstrava um posicionamento negativo perante a política, a qual considerava uma atividade desenvolvida por pessoas específicas: os *políticos*. Dessa forma, como maneira de diferenciar-se de quem *faz política*, ela se coloca juntamente com a Associação em outro nível, ou seja, considera-se como quem *faz movimento*.

Esse *fazer movimento* não corresponde a um movimento social específico, mas consiste em uma articulação entre alguns movimentos sociais locais, os quais a mesma possui contatos por conta de sua experiência como liderança comunitária: movimento de luta pela moradia, movimento negro e movimento feminista, somando-se às questões próprias destas mulheres, emergindo assim

um autodenominado *movimento de mulheres do Morro da Polícia* que abarcam as interseccionalidades experienciadas por estas mulheres.

Esta divisão entre política e movimento também está presente nas relações estabelecidas pela Associação com diversos agentes que fazem parte deste universo do ativismo comunitário. A Associação, através da figura de Rosa, possui uma rede de relações com associações, ONGs, movimentos sociais, universitários e, até mesmo, políticos. Porém esta rede não é fechada, ela modifica-se em determinados momentos e de acordo com as demandas que surgem no interior da Associação.

Mesmo possuindo um canal de contato com alguns representantes do Estado, as integrantes da Associação possuem o discurso de assumirem o papel de “fiscalizadoras” dos serviços públicos. Vale destacar que estas relações se dão desde um nível pessoal. Esta personalização deixa em segundo plano as instituições do Estado e as demais organizações comunitárias ao atribuir às pessoas determinadas ações e situações, sejam positivas ou negativas.

No interior da Associação, os engajamentos também se dão desde relações pessoais. As pautas em torno da questão da moradia, racial e feminista foram inseridas desde as experiências de Rosa com estes movimentos, como dito anteriormente.

É a partir das concepções em torno da política que as práticas emergem no local. Ao observar outros elementos que gravitam no interior da Associação, as questões raciais, de gênero, de classe e geracionais também fazem parte deste *movimento de mulheres do Morro*. Refletindo sobre o que Collins (2012) denomina como “ponto de vista”, este movimento se faz desde uma coletividade que não consiste em uma hegemonia, visto a pluralidade de mulheres que residem no Morro e consideram-se parte do movimento.

Por fim, compreendo que ao trazer as perspectivas dessas mulheres sobre a política, juntamente com as suas práticas desde a Associação insiro esta pesquisa em um conjunto de trabalhos que passam a **levar à sério**, assim como Goldman (2006) nos aconselha, o que diferentes grupos sociais têm a nos dizer. Em outras palavras, este trabalho faz parte de um movimento que busca acolher no espaço acadêmico os diferentes saberes daqueles e daquelas que nos acolhem em suas vidas e tornam a produção de conhecimento possível.

Referências Bibliográficas

ALVAREZ, Sonia E. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In STEPAN, A. (Org.) *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 315-380.

ALVES, Thaís da Rosa. *Entre a faculdade da vila e o direito: as práticas de justiça das Promotoras Legais Populares no SIM-Tudo Fácil*. 2015. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Escola de Humanidades, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2015.

AUYERO, Javier. Vidas e políticas das pessoas pobres – as coisas que um etnógrafo político sabe (e não sabe) após 15 anos de trabalho de campo. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, n. 28, p. 126-164, set. – dez. 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n28/06.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2017.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462/15034>>. Acesso em: 22 set. 2017.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília – DF, v. 30, n. 1, p. 147-163, jan.-abr. 2015. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/se/v30n1/0102-6992-se-30-01-00147.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2017.

BOBADILLA, Kassia B. *Nas tramas da política: uma etnografia da ação coletiva na Favela de Vila Prudente*. 2016, 212 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, 2016. Disponível em: < http://www2.unifesp.br/ciencias_sociais/dissertacoes-defendidas-versao-final/kassia-bobadilla>. Acesso em: 14 jul. 2017.

BONETTI, Alinne de Lima. *Não basta ser mulher, tem que ter coragem*. Uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo político feminista de Recife-PE. 2007, 261 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2007. Disponível em: < <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?view=vtls000430418>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

BONETTI, Alinne. L. *Entre feministas e mulheristas: uma etnografia sobre Promotoras Legais Populares e novas configurações da participação política feminina popular em Porto Alegre*. 2000, 195 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2000. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/79146/174287.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

COLLINS Patricia Hill. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. In: JABARDO, Mercedes (Ed.). *Feminismos Negros: una antología*. Madrid: Traficante de Sueños, 2012, p. 99-131.

FLEISCHER, Soraya. *Parteiras, buchudas e aperreios*. Uma etnografia do cuidado obstétrico não oficial na cidade de Melgaço, Pará. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

FONSECA, Claudia. *Família, fofoca e honra*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

GELEDÉS – INSTITUTO DA MULHER NEGRA. *25 de julho dia da Mulher Negra da América Latina e do Caribe*. São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/25-de-julho-dia-da-mulher-negra-da-america-latina-e-do-caribe-2/>>. Acesso em 28 out. 2017.

GELEDÉS – INSTITUTO DA MULHER NEGRA. *Bonecas Abayomi: símbolo de resistência, tradição e poder feminino*. São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/bonecas-abayomi-simbolo-de-resistencia-tradicao-e-poder-feminino/>>. Acesso em: 27 set. 2017

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Global universitária, 1987. p. 227-344.

GOLDMAN, Marcio. *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

GONZALES, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. *Revista ISIS Internacional*, Santiago, v. 9, p. 113-141, 1988.

HITA, Maria Gabriela. *A casa das mulheres n'outro terreiro: famílias matriarcais em Salvador, Bahia*. Salvador: EDUFBA. 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16999>> . Acesso em 10 abr. 2017.

HOULE, Gilles. A sociologia como ciência e vida: a abordagem biográfica. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa*. Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 317-334.

JOBIM, Douglas J. dos Santos; KLAUCK, Evaldo Rosa. *Movimento popular da grande Glória*. Porto Alegre: SMC, 2000.

LINDAU, Heloisa G. L; ROSA, Aline. Monitoramento e educação ambiental nas encostas do Morro da Polícia: uma proposta de ensino de geografia. In: *Jornada de Educação em Sensoriamento Remoto no Âmbito do Mercosul*, 4., 2004, São Leopoldo. Anais eletrônicos...São Leopoldo: Unisinos, 2004. Disponível em:

<http://www.inpe.br/unidades/cep/atividadescep/jornada/programa/t-12_trab_59.pdf>. Acesso em: 13 set. 2016.

LOZANO, Betty Ruth L. El feminismo no puede ser uno porque lãs mujeres somos diversas. Aportes a um feminismo negro decolonial desde la experiẽncia de las mujeres del Pacífico colombiano. *La manzana de la discórdia*. Cali, v. 5, n. 2, p. 7-24, jul. – dez. 2010. Disponível em: <http://manzanadiscordia.univalle.edu.co/index.php/la_manzana_de_la_discordia/article/view/1516>. Acesso em: 30 maio 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. A identidade e a diferença. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 75-88.

MINTZ, Sidney W. Encontrando Taso, me descobrindo. *Dados: Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 45-58, 1984.

NUAP – Núcleo de Antropologia da Política. Uma antropologia da política: rituais, representações e violência. *Cadernos NUAP 1*, Rio de Janeiro: NAU, 1998. Disponível em: <http://www.marizapeirano.com.br/artigos/1998_uma_antropologia_da_politica.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2016.

OLIVEIRA, Fátima de. *O estilão inconfundível de Luiza Bairros e o Dia da Mulher Negra*. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/opini%C3%A3o/f%C3%A1tima-oliveira/o-estil%C3%A3o-inconfund%C3%ADvel-de-luiza-bairros-e-o-dia-da-mulher-negra-1.1343937>>. Acesso em: 28 out. 2017.

PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César. Introdução. In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César. (Org.). *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume Damará: NUAP, 2004, p. 9-22. Disponível em: <http://nuap.etc.br/content/uploads/2013/06/politica_no_brasil.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz M. Alasia. *Política ambígua*. Rio de Janeiro: Relume Damará: NUAP, 2010.

SAAVEDRA, Lina P. R. *A construção da cidadania e defesa dos direitos da população em situação de vulnerabilidade social: a mediação social de uma ONG local numa zona da periferia de Porto Alegre*. 2013, 114 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/77736/000897309.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 set. 2016.

SEGATO, Rita. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-Cadernos CES*, Coimbra, v. 18, p. 106-

131, 2012. Disponível em: <<http://eces.revues.org/1533#text>>. Acesso em: 14 set. 2017.

SINGER, Paul. O feminino e o feminismo.. In SINGER, P. e BRANT, V. (Orgs.). *São Paulo: O povo em movimento*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1980, pp. 109-142.

VAN VELSEN, Jaap. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Global universitária, 1987, p. 335-374.

VIEIRA, Miriam Steffen. *Categorias jurídicas e violência sexual: uma negociação com múltiplos atores*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2015*. Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília – DF: Flacso Brasil, 2015. Disponível em: < https://apublica.org/wp-content/uploads/2016/03/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 12 out. 2017.